



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

### Sub-eixo: Política de Educação

# A QUESTÃO DA MEMÓRIA E A MEMÓRIA DA QUESTÃO: EXPERIÊNCIAS E EXPERIMENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NA ACADEMIA

MARILENE GERÔNIMO DA SILVA MACIEL<sup>1</sup>

VANESSA ISABELLA DOS SANTOS RAMOS<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação institucionalizada no Brasil foi historicamente organizada e estruturada a partir de uma perspectiva única, que é branca, eurocêntrica e heteronormativa, que tem suas raízes na colonização. A partir de uma revisão bibliográfica, infere-se que democratizar o acesso aos saberes e trazer reflexões mais profundas, ou seja, exercitar a crítica é um caminho para materializar transformações.

**Palavras-chave:** Serviço Social; memórias; mulheres negras, academia.

## ABSTRACT:

Institutionalized education in Brazil was historically organized and structured from a unique perspective, which is white, Eurocentric and heteronormative that has its roots in colonization. From a bibliographical review, it is inferred that democratizing access to knowledge and bringing deeper reflections, that is, exercising criticism is a path to materializing transformations.

**Keywords:** Social Work; memoirs; black women, academy.

## INTRODUÇÃO

A violência simbólica é difícil de ser identificada, de ser reconhecida para normalizarmos, naturalizarmos. Quando traçamos um perfil, seja ele racial, econômico, de gênero, territorial e afins, e classificamos quem deve ter acesso a direitos, a educação, a oportunidade, quem são os grupos detentores do saber, excluimos todos os outros. E, analisando minha vida acadêmica, foi isso que me ocorreu por diversas vezes, quando determinaram que não teria chances, por

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

exemplo, de ter um salário digno tão cedo, quando determinaram quem teria fácil acesso à informação de políticas públicas para o Ensino Superior, quem teria condições de receber um financiamento estudantil, quem seriam os intelectuais considerados clássicos e fundamentais a serem estudados na academia e por aí vai.

Tiramos o direito dos negros, dos pobres, dos periféricos, das mulheres, das mães solas de terem voz política, de serem produtoras e produtores de conhecimento, de se qualificarem para terem oportunidade justa de disputa. Gabriela Francisco de Oliveira (2021).

As primeiras experiências acadêmicas, na graduação e pós-graduação são um horizonte para poucas pessoas negras no Brasil. Refletir sobre o processo de invisibilização na produção do conhecimento científico, para nós mulheres negras, marca a trajetória em ocupar esse espaço com muita luta e resistência, considerando que passamos pelos maiores desafios e obstáculos para chegar até aqui e eles nos acompanham ao longo de toda existência, não diferente é nessa trajetória e universo acadêmico.

Suleadas<sup>3</sup> nas memórias e escritas de mulheres negras intelectuais como ferramentas potentes nas relações raciais interseccionadas a gênero, como possibilidade insurgente ao adentrar nos diversos espaços da universidade (brasileira principalmente), a temática tem sido observada, ao começar pela construção de um conhecimento eurocêntrico imposto a uma formação acadêmica hegemonicamente branca.

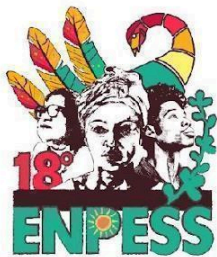
## **O que existe de ciência em nosso Memorial? Silenciamento, Memória e Seletividade**

Escrevo na primeira pessoa, alinhamento à esquerda, sem recuo da ancestralidade africana, forasteira de dentro, na visão de Collins, desafiando as Ciências Sociais por autodefinição e autoavaliação intelectual negra, avessa às ferramentas modernas de validação científica. Carla Akotirene (2019, p. 15).

O memorial acadêmico compreende-se por um documento autobiográfico, que quantifica, qualifica, descreve e analisa os acontecimentos, marcos e fatos da trajetória acadêmica discente, devendo levar em consideração as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional (as mais relevantes). Sua descrição não é exclusivamente elaborar uma

---

<sup>3</sup> prática do SULEar, como uma ferramenta que propõe pensar o Hemisfério Sul “desde dentro”, com os saberes, os seres e os poderes que lhes são próprios, sem negligenciar as fronteiras físicas e simbólicas que tencionam nossas formas de vida. Embora os Hemisférios Norte e Sul representem invenções do mundo ocidental colonial, do século XV, adota-se o exercício epistêmico de SULEar como forma de resistência e libertação das relações coloniais que atravessam nosso cotidiano e nosso modo de pensar. Segundo Mignolo (2010), pensador argentino decolonial, trata-se de um movimento de aprender a desaprender as retóricas coloniais modernas de pregação de uma suposta superioridade atribuída ao mundo ocidental. Um exercício prático, epistêmico e político de descolonizar o conhecimento aprendido das matrizes eurocêntricas, o qual esse autor nomeia de “desobediência epistêmica” (JUNIOR, UDE, 2019, p. 166 - 167).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

autobiografia, nem tampouco listar atividades que foram desenvolvidas no percurso de formação acadêmica. Trata-se de mergulhar nas próprias memórias e dimensão existencial, e falar sobre a própria história de vida, de uma práxis e um processo de intervenção que se relaciona com o lugar instituído e as percepções sobre o mundo. Trazer sua experiência empírica subjetiva e considerá-la como parte nesse processo, ainda que:

Os textos – espécie de autobiografia intelectual e profissional de professores universitários – costumam ser exigidos nos processos seletivos ou de ascensão na carreira acadêmica. Embora constitua fonte fecunda para a pesquisa de diferentes âmbitos, os memoriais não têm sido suficientemente explorados. (REGO, 2014, p. 781).

Portanto o Memorial legitima uma construção intelectual orgânica povoada de fatos e experiências que perpassam a dimensão da própria existência discente, muitas vezes inviabilizadas.

A educação institucionalizada no Brasil foi historicamente organizada e estruturada a partir de uma perspectiva única, que é branca, eurocêntrica e heteronormativa. Tal modelo de educação tem suas raízes na colonização, que buscava desumanizar sujeitos diferentes do padrão europeu. Diante disso, as populações negras e indígenas tiveram seus saberes, histórias e culturas desconsideradas e invisibilizadas até os dias atuais. Nesse cenário, as memórias são pistas do passado que levam ao presente; fragmentos significativos e representativos de como certos eventos aconteceram. São fenômenos sociais, baseados na experiência compartilhada e vivência dos sujeitos em uma comunidade, constituindo fragmentos de estruturas que sustentam determinados discursos, tradições, culturas, ações e políticas historicamente (Jorente; Silva e Pimenta, 2015), é a condição de historicizar do oprimido num movimento contra colonial<sup>4</sup>. A sua estrutura se assenta no apreço ou na depreciação parcial de acontecimentos passados que se quer recordar, e na ocultação de elementos do passado que se quer esquecer ou de elementos que não interessam à narrativa que se quer escrever e/ou defender.

Conforme definido por Halbwachs (1990), as memórias são construídas a partir de um conjunto de interesses pré-estabelecidos destinados a formar uma narrativa sobre o que aconteceu. Segundo Halbwachs, ela é composta por duas faces distintas: a memória e o esquecimento. A estas duas faces, Pollak (1992) acrescentou uma terceira face, o silenciar. Assim, no processo de construção da memória, ocorre a seleção da memória, seleciona-se quais

---

<sup>4</sup> O ativista político e militante de grande expressão no movimento social quilombola e nos movimentos de luta pela terra, Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), em uma de suas obras, *Colonização, Quilombos, Modos e Significados*, nos convida a pensarmos: compreende por colonização todos os processos etnocêntricos de expropriação, invasão, subjugação, etnocídio e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. Por outro lado, a contra colonização se refere a todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Assim, independente das particularidades, Bispo trata povos africanos e indígenas como contra colonizadores e, por outro lado, os povos advindos da Europa são tratados como colonizadores, independentes se senhores ou colonos. (SANTOS, 2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fragmentos de memória serão confirmados nas representações passadas e, assim, quais fragmentos de memória serão silenciados e posteriormente esquecidos.

A complexidade envolvida na seletividade da memória é um dos grandes problemas da memória coletiva. Em parte, o perigo subjacente reside nos interesses e princípios envolvidos no esquecimento seletivo, os critérios usados para selecionar quais memórias não representarão o passado nas gerações futuras.

Nessa perspectiva, como enfatiza Pollak (1989), a memória subterrânea das chamadas minorias de grupos historicamente explorados, subalternizados e marginalizados em sua maioria, dotadas de memórias orais (história oral)<sup>5</sup>, de conhecimento das práticas cotidianas de existir e transformar a vida que, para os povos milenares e originários, seria difícil de identificar e/ou comprovar no processo de construção da memória oficial nacional (canônica/eurocêntrica).

O silenciar – como dimensão política: “A política não se situa no pólo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos” (Davis, 2017, contracapa). Desta forma, a compreensão política da violência em nos silenciar se dá nas dimensões concretas e subjetivas e frente a isso nosso posicionamento é de radicalidade, como afirmou Marx: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (1974, p. 08). Ao privilegiar, evidenciar e solidificar na história alguns fatos sociais em detrimento de outros, a memória configura-se em um mecanismo de disputa e poder na sociedade, e é utilizada estrategicamente por grupos, instituições, organizações e até mesmo pelo Estado, no intuito de atender interesses econômicos, políticos e culturais, entre outros, levando ao silenciamento do passado e, portanto, ao silêncio desses grupos historicamente marginalizados.

## **A nossa forma de exercer a memória na universidade**

Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro, nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder. Desse modo, se esses ensaios parecem preocupados em narrar as emoções e subjetividade como parte do discurso teórico, vale lembrar que a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. Grada Kilomba (2019, p. 58)

Na universidade pública brasileira, segundo apresentado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a partir da análise de dados

---

<sup>5</sup> Para Portelli (2010; 2016), a história oral, compreendida como uma “forma de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas” (2010, p. 27),



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Anual realizada pelos economistas Ana Luíza Matos de Oliveira, professora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) Brasil e Arthur Welle, doutorando da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ainda que o número de mulheres negras estudantes de graduação tenha saltado de 19% em 2001 para 27% em 2019, tornando a mulher negra o maior grupo ingressante nas universidades públicas brasileiras, sabemos que essa realidade é permeada de outros desafios e a discrepância entre entrar na universidade, permanecer e lecionar nela, é o mais representativo exemplo disso como identificamos a partir do estudo sobre a “Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior” elaborado por Ferreira, Ferreira e Teixeira (2021).

Nesse contexto, ocupando um lugar que é nosso por direito no qual queremos existir a partir do que somos, da nossa trajetória e mergulhos em pesquisas em outros saberes resultantes de memórias científicas de intelectuais negras<sup>6</sup>, como em *Becos da Memória* (2017, p. 09), obra em que Conceição Evaristo reflete sobre o sentido em uma escrevivência quando aponta que: “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Portanto, o corpo, condição e experiência material, se apresenta em três vértices que compõem a escrevivência:

[...] o primeiro, reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. Lê-se o passado e a tradição contrabandeando-os, saqueando-os. A representação do corpo funciona com o ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. [...] O terceiro, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e persuasão à narrativa (Oliveira, 2009, p.88).

Desafios intrínsecos nas encruzilhadas<sup>7</sup> que orientam a dimensão de nossas memórias de vivências nas universidades, tendo em vista que são atravessadas por desdobramentos das interdições, regulações, controle ou tutela em inúmeras instâncias. A começar pela construção de um conhecimento eurocêntrico que veio a se tornar imposto e hegemônico, mas que foi fundado nos estudos de africanos desde os tempos de Kemet, como revelou o africano e

<sup>6</sup> Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Grada Kilomba, Carla Akotirene, bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Tereza de Benguela, Luiza Mahin, Antonieta de Barros, Thereza Santos, Alzira Rufino, Inaicyrá Falcão dos Santos, dentre outras.

<sup>7</sup> Encruzilhadas são rotas, veias e campos de possibilidade de intersecção, articulação, diálogo que se encontram. São espaços de poder de transgressão e insurgência porque desafiam a linearidade de caminhos únicos e enfatizam as fronteiras como regiões multivariadas nas quais saberes múltiplos expressam, coexistem e diversificam as experiências e saberes de diferentes sujeitos, é, portanto a pedagogia das encruzilhadas. (RUFINO, 2018).

intelectual do Senegal - Cheikh Anta Diop (Oliveira, 2019).

A consolidação desse modelo de educação em que a socialização dos saberes acumulados pela humanidade se dá em meio a histórica estrutura física, teórica e política de formação, no sentido etimológico da palavra derivada do latim *formatio* que consiste na ação ou efeito de formar e que numa perspectiva norte global a partir do triunfo do capitalismo se tornou uma mercadoria inacessível para extratos da classe trabalhadora, sobretudo os corpos políticos diaspóricos (africanos), racializados considerados como não humanos. “É um elo que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações” (Carneiro, 2005, p. 97).

Desta forma, a educação formal em seus níveis, sobretudo o mais elevado grau de formação que é o espaço da universidade, reproduz enquanto um privilégio a trajetória naturalizada na ordem vigente de selecionar e oportunizar os/as sujeitos/as que terão acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade e sistematizados, os/as brancos/as, conforme Bento (2022, p. 62) elucida sobre a branquitude:

De fato, a branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais. Ruth Frankenberg chama a atenção para a branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais, privilégios raciais. É um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade.

Isto posto, temos que apontar uma contradição acerca da oferta do conhecimento socializado nos espaços educacionais como os que tem lastro no eurocentrismo e suas formas de socializar (ensinar) descartando outras práticas sociais e saberes fundamentados em sociabilidades diversas oriundas de uma geografia ampliada. Queremos que este espaço seja cada vez mais indagado sobre se o pensamento eurocentrado e sua forma de transmitir esse conhecimento devem ser os únicos a existir na academia (Adichie, 2009).

Os povos da diáspora africana, a partir da construção e reprodução do racismo, discorrem sobre o quanto as mulheres negras (nós), lutamos para fomentar o nosso comprometimento com o trabalho intelectual como ferramenta política. Em sua obra, *Intelectuais Negras*, bell hooks (1995, p. 285), reflete: “academia, bem como, outros espaços/lugares de poder e de conhecimento são (detentores de) uma configuração alienante [...]”, impondo um pensamento colonizado e colonizante que nos qualifica a partir de uma perspectiva que nos coloca como objetos de experiência (estudo) e experimentação.

[...] com esses valores é que procuramos nos integrar socialmente e com os nossos na busca pelo diálogo, respeito e alteridade. Queremos espelhos, não apenas para nos mirar e contemplar, mas para construir redes de produção de saberes e também redes de cuidado e afeto, pois escolhemos construir o conhecimento científico e a

pesquisa e acreditamos no potencial das nossas escritas e no poder do nosso conhecimento. Estamos aqui e permaneceremos, não como objetos de pesquisa, mas como sujeitos da nossa história. (Barroso, 2019, 08).

Portanto, corroboramos com a filósofa e ativista negra Angela Davis (2017, n.p), que quando esteve no Brasil na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Dia da Mulher Negra Latino - Americana e Caribenha, argumentou para tratar da posição social de mulheres negras no capitalismo: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Desta forma, vislumbramos como fundamental a participação das mulheres negras nos espaços de poder, e a universidade é um espaço político de poder à medida que pensa e desenvolve saberes após comprovações científicas que importam direções e defesas em disputas.

Isso porque saímos da base de uma sociedade que se acostumou com um desenvolvimento que depende da exploração de nossos corpos, e quando saímos destes lugares, movimentamos muitos cenários e superamos inúmeros obstáculos para estender as mãos a tantas outras, considerando que nossa realização humana é coletivizada.

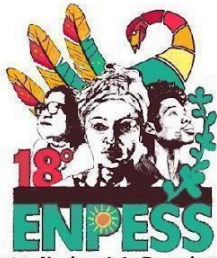
### **O epistemicídio como estratégia para nos silenciar.**

Eles e elas não estão acidentalmente naquele lugar; foram colocadas/os na margem por regimes dominantes que regulam o que é a verdadeira erudição. Grada Kilomba (2019, p. 53)

O espaço da universidade, privilegiado, que não foi construído para corpos racializados (não brancos), e se reproduz como escasso para o acesso e quanto à representatividade de pessoas negras se tornou espaço de enegrecimento quando da emergência e imersão de intelectuais negros/as nas discussões que pautaram o debate do epistemicídio como Machado, Ferrugem e Santos (2021, p. 157) destacam:

[...] por conta do racismo, a produção de intelectuais negros e negras é silenciada, alcançando pouca visibilidade e eco nos debates acadêmicos e periódicos. Por consequência, pouca participação em núcleos e grupos de pesquisa, que, ao pensarem suas linhas de pesquisa, poderiam levar em consideração essas temáticas e referências. Se não há debate sobre uma questão, ela não gera inquietudes e indagações de pesquisa. Podemos considerar isso um ciclo que leva ao epistemicídio, isto é, “o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (Ribeiro, 2019, p. 61), que obstaculiza a materialização de uma formação antirracista para uma práxis antirracista (grifos dos autores).

O epistemicídio é uma expressão desse lugar constituído. Vale dizer que a opressão sobre o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

gênero se dá independentemente da raça, mas vale salientar que são as mulheres negras, matrizes de conhecimento ancestral, que historicamente têm conduzido o seu povo a partir da construção orgânica e intelectual. A discussão da memória e a discussão da mulher negra intelectual dentro do próprio serviço social e dentro da academia começam a partir das mulheres negras, ou seja, é uma luta de autoafirmação, luta de enfrentamento para construir o pensamento crítico localizado neste corpo, nesta memória diaspórica africana dessas mulheres que no cotidiano da prática têm vivenciado e presenciado as expressões das explorações e opressões, como destaca Kilomba (2019, p. 42-43):

A repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”. Falar torna-se assim, virtualmente impossível, pois quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita, tampouco ouvida. Tal impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emerge como um projeto análogo. O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es (Castro Varela e Dhawan, 2003). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização e direção à/ao falante. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem”. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que “não pertencem”. (os grifos da autora)

Desta forma, assumem as discussões raciais a partir de autores negros como Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Renato Nogueira e etc. Essas opções teóricas contribuíram com o enegrecimento<sup>6</sup> de discussões, pesquisas e reprodução das perspectivas negras.

<sup>6</sup>[...] Enegrecer, ou seja, torna-se negro; tornar(-se) negro; anegrilhar(-se), anegrar(-se), negrejar, toma uma proporção política de estabelecer, para além de entendermos as práticas discursivas pelo viés da racialidade, uma proposta de decolonização do campo do conhecimento. Ainda, enegrecer – termo atrelado à construção racial social negra – aqui é ressignificado e, desta forma, extinguindo seu sentido negativo de atingir a boa

Essa abertura também expôs contradições acerca da nossa presença nesse espaço. Nossas dores, necessidades, dificuldades e reivindicações que, a reflexão acerca da história de violência, mas, sobretudo de como temos resistido ao longo dos séculos, bem como a importância do uso da memória feminina diaspórica para organização das mulheres negras que resulta em um movimento coletivo de resistência, confluência, sinergia, solidariedade e apoio para permanecer nesse espaço que é, sobretudo, dos mais negados a nós pessoas negras.

Ademais, no Serviço Social, como Ramos (2023) aponta, a trajetória de resistência das intelectuais negras<sup>8</sup> que tem pautado a questão étnico-racial na agenda profissional há pouco

<sup>8</sup> Algumas intelectuais negras assistentes sociais que contribuem com construção do pensamento crítico por dentro da categoria profissional, como: Elisabete Aparecida Pinto, Matilde Ribeiro, Sarita Amaro, Roseli Rocha, Mabel Assis,





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mais de três décadas e a articulação das entidades e organizações da profissão, como a ABEPSS, ENESSO e o conjunto CFESS-CRESS, contribuem na pavimentação do percurso que adensamos, como Raimundo (2021, p. 194) complementa:

No caso do Serviço Social, faz-se necessária a continuação da luta iniciada com a ampliação da temática na formação, em revistas científicas, congressos e encontros de pesquisa. Essas ações por parte do Serviço Social têm contribuído para uma revisão da atuação dos/as profissionais. Precisamos retornar à história para compreender as desigualdades, precisamos entender os mecanismos utilizados para sua perpetuação para que assim possamos elaborar os caminhos para a superação. Sem dúvida, a educação negou ou apresentou de forma distorcida a história da África, e os profissionais de Serviço Social não ficaram isentos a esse processo.

A reatualização do racismo de cada dia, que explora e oprime a população negra diaspórica africana, opera na negação de nossa humanidade e nos coloca como os não humanos, por esse motivo consideram que não temos condições mínimas de produzir ciência.

Como para a população negra na diáspora brasileira legalmente foi proibido acesso à educação e alfabetização, como previa o Decreto Couto Ferraz de 1854 em seu artigo 69º “Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas: § 3º Os escravos”, entre outras normativas que impediram o acesso de negros às escolas no país. Os obstáculos que enfrentamos para nos “formar” e atender as exigências impostas pelo modelo de educação vigente estão sendo questionados, pois, essa estratégia tem sido e sempre foi utilizada como recurso da branquitude para nos manter longe do lugar da intelectualidade e seus espaços.

reputação (de alguém); lançar descrédito sobre; denegrir, macular, ultrajar, para um significado de afirmação política e de diversidade (MACEDO, 2022, p. 252).

Desta forma, a construção de conhecimento das pessoas negras no meio acadêmico é um desafio com um extenso caminho a ser percorrido e que deve estar presente em todas as agendas, como afirma Conceição Evaristo “A nossa escrivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar a casa-grande’, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” Duarte Nunes (2007, p. 21).

## Considerações finais

A memória é uma possibilidade viva de construir e reconstruir

---

Márcia Campos Eurico, Tereza Cristina Santos, Ana Paula Procópio, Joilson Santana Marques Junior, Valdenice Raimundo, Maria Helena Elpidio, Magali Almeida, Cristiane Sabino Souza, Renata Gonçalves, Kajali Lima Vitória, Ester Vargem.

histórias, repertórios, práticas, espaços, locais e saberes. É o passado, o presente, o que fomos e ainda somos por incorporarmos a partir do vivido. Marilene Geronimo (2021)

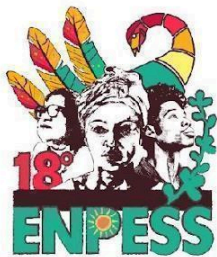
As memórias de experiências acadêmicas de nós mulheres negras, nos deslocam historicamente para o Quarto de despejo (Jesus, 1960), essa memória do desconforto individual ao revisitarmos a construção das nossas escritas coletivas, científicas e narrativas, transbordando a partir de uma indignação que inquieta em relação ao processo que deforma o modo de fazer (enquadramento epistêmico, canônico).

As produções dessas mulheres negras intelectuais, existem e resistem com o enfrentamento cotidiano de ocupar um espaço considerado não seu, que é a esfera acadêmica, intelectual e literária embranquecida. É preciso haver um diálogo intenso sobre o quanto é necessário contra colonizar no solo deste lugar onde se expressam, produzem, reproduzem e disputam poderes, e que conhecemos por universidade e/ou conhecimento canônico, europeu e branco.

Trata-se da encruzilhada insurgente e epistemológica de mulheres negras, aquilombando e germinando novas rotas de possibilidades contra as condições exploratórias e opressivas a que somos submetidas, para que se transformem numa força potencializadora de efetivas transformações. Portanto, a mulher negra escreve a partir dessa memória de experiências, memória que não diz respeito a algo arcaico, mas construindo outras epistemologias que contemplam a dimensão da nossa existência.

Esses posicionamentos são prementes e não podem ser apartados no fomento da consciência, devendo considerar os processos formativos, ampliação da formação crítica e antirracista na travessia do ensino-aprendizagem com a articulação das pautas de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e religião presentes nas sociedades (Santana e Silva, 2018).

Concluimos, portanto, que propor outras epistemologias incomoda numa sociedade que em sua gênese se estruturou e se reestrutura a partir das explorações que hierarquizam corpos em sentido evolutivo e na qual as ideologias perpetuam o enquadramento de corpos que vão garantir assimetrias e privilégios no curso da história. Performar a intelectualidade da mulher negra na universidade é enfrentar cotidianamente a interdição, o questionamento e reconhecimento de suas contribuições relevantes tanto nos espaços sociais orgânicos quanto na academia. Muitas produções que se deslocam do eixo norte global têm demonstrado contribuições sociais, econômicas, culturais e ético-políticas de sociedades (re) existentes e de outros contextos históricos suleadas, contrapondo a hegemônica história única eurocentrada reconhecida como modelo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assim, democratizar o acesso aos saberes e trazer reflexões mais profundas, ou seja, exercitar a crítica, é um caminho para materializar transformações com olhar embasado em outros paradigmas filosóficos que coadunam com o compromisso ético político do Serviço Social na perspectiva da mudança dessa ordem societária.

## Referências

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. Feminismos plurais - Djamila Ribeiro. São Paulo, Sueli Carneiro. Pólen Livros. 2019.

ALVES, A. *Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela*. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/166-sem-categoria/570053-quando-a-mulher-negra-se-movimenta-toda-a-estrutura-da-sociedade-se-movimenta-com-ela#>. Acesso em: 1 out. 2023.

ANDIFES. *Mulheres negras são hoje o maior grupo nas universidades públicas do país*. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=89578>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BARROSO, D., GOMES, E., VALÉRIO, D. E., SILVA, C., G., F, LIMA, S., Graziela. *Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia*: (Org). – Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota) 312p.

BENTO, C. O. *Pacto da Branquitude*. 1º ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2022. BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. 1824. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em 18/07/2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 13/08/2023.

CARNEIRO, S. A. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIOP, C. A. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (Org.), *História Geral da África: a África antiga*, São Paulo, Ática; Unesco, 1983 [1974], p. 39-70.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

DUARTE, C. L e NUNES, I. R. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1° ed. Rio de Janeiro. Itaú Social. Mina Comunicação e Arte. 2020.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, pag. 09, 2017.

FERREIRA, E. M; FERREIRA, M. A. M. e TEIXEIRA, K. M. D. *Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzfTfZkS3MygsL/> . Acesso em: 29 jul. 2023.

GERONIMO, Marilene. *Memórias de Terreiro: Fios que traçam e Tecem o Urbano* (2021). Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=6gLQuWvu5yw&feature=share>. Acesso em: 29 jul. 2023.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice; Revista dos Tribunais, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2wWKbRI>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.3, n.2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

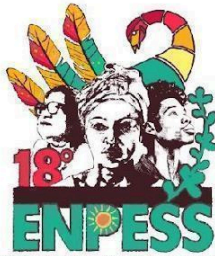
JORENTE, M. J. V.; SILVA, A. R.; PIMENTA, R. M. *Cultura, memória e curadoria digital na plataforma SNIIC | Culture, memory and digital curation in SNIIC platform*. Liinc em Revista, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.18617/liinc.v11i1.800. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3637>. Acesso em: 31 out. 2023.

JUNIOR, C. J., UDE, W. *Educação afrodiáspórica e transformações na prática universitária: o SUIlear como uma perspectiva decolonial entre saberes*. Revista Interdisciplinar SUIlear. Edição Especial Dossiê SUIlear. pag. 166 - 180. ANO 2, No. 2. 09-2019.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira – 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, L. M. O; FERRUGEM, D. e SANTOS, F. *Incorporação da Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social: Particularidades da Região Sul do Brasil*. In: EURICO, M. C. et al. *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas. Papel Social. 2021. p. 446-463.

MACEDO, L. B. *Enegrecendo os estudos críticos discursivos: contribuições epistemológicas afro*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

perspectivistas para o campo da análise crítica do discurso no Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Trab. Ling. Aplic., Campinas, n. (61.1): 251-264, jan./abr. 2022.

MARX, K. *Introdução à crítica da economia política* (1857). São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.107-138. (Coleção Os Pensadores).

OLIVEIRA, G. F. *Mulher, preta, periférica e o direito de estudar*. Expresso Periférico: Lugar de Fala, Coletiva de Mulheres – Expresso Periférico, n, 13, 07 jan. 2022. Disponível em: <https://expressoperiferico.org/mulher-preta-periferica-e-o-direito-de-estudar/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

OLIVEIRA, L. L. *Panorama histórico da vida, do pensamento e da obra de Cheikh Anta Diop*. Editora UFPE. Recife, 2019.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<https://bit.ly/2t8WID5>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. PORTELLI.

Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAIMUNDO, V. J. O Silêncio não nos protegerá: a importância da Lei 10.639/03 para a Práxis do Serviço Social. In: EURICO, M. C. et al. *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas. Papel Social. 2021. p. 195-196.

RAMOS, V. I. S. *A Questão Étnico-Racial na Graduação em Serviço Social: perspectivas a partir do ensino privado no centro-oeste paulista*. 2023. Dissertação de mestrado do PEPGSS-PUC/SP.

REGO, T. C. Trajetória intelectual de pesquisadores da educação a fecundidade do estudo dos memoriais acadêmicos. Universidade de São Paulo, Butantã, SP, Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NfYJVdy8bX7bcZxx65HMtxp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RUFINO, L. R. R. Jr. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Periferia, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.